

## **Sanidade aquícola**

### **Legislação**

#### **LEGISLAÇÃO COMUNITÁRIA**

- Diretiva 2006/88/CE, do Conselho de 24 de outubro de 2006, relativa aos requisitos zoonosológicos aplicáveis aos animais de aquicultura e produtos derivados, assim como à prevenção e à luta contra certas doenças dos animais aquáticos
- Diretiva 2008/53/CE, da Comissão de 30 de abril de 2008, que altera o Anexo IV da Diretiva 2006/88/CE do Conselho no que respeita à Viremia Primavera da Carpa.
- Decisão 2001/183/CE, de 22 de fevereiro de 2001, relativa às orientações para efeitos de amostragem e aos métodos de diagnósticos utilizados na deteção e na confirmação de certas doenças dos peixes.
- Decisão n.º 2008/392/CE, de 30 de abril de 2008 que aplica a Diretiva 2006/88/CE do Conselho respeitante à criação de uma página de informação baseada na internet destinada a tornar acessíveis, por via eletrónica, informações sobre as empresas de produção aquícola e os estabelecimentos de transformação autorizados.
- Decisão 2009/177/CE, de 31 de outubro de 2008, que aplica a Diretiva 2006/88/CE do Conselho no que diz respeito aos programas de vigilância e erradicação e ao estatuto de indemnidade de Estados Membros, zonas e compartimentos.
- Decisão n.º 2008/896/CE, de 20 de novembro de 2008, relativa às orientações para efeitos dos regimes de vigilância zoo sanitária definidos em função dos riscos previstos na Diretiva 2006/88/CE do Conselho.
- Decisão 2008/946/CE, de 12 de dezembro de 2008, que aplica a Diretiva 2006/88/CE do Conselho no que se refere aos requisitos de quarentena dos animais de aquicultura.

- Regulamento (CE) nº 1251/2008, de 12 de dezembro de 2008, que aplica a Diretiva 2006/88/CE do Conselho no que se refere às condições e aos requisitos de certificação para a colocação no mercado e importação para a Comunidade de animais de aquicultura e produtos derivados e estabelece uma lista de espécies vetoras.
- Regulamento (CE) nº 1250/2008 de 12 de dezembro de 2008, que altera o Regulamento (CE) nº 204/2005 no que se refere aos requisitos de certificação para a importação de produtos de pesca, moluscos, bivalves, equinodermes, tunicados e gastrópodes marinhos vivos destinados ao consumo humano.
- Diretiva de Execução nº 2012/31/UE da Comissão, de 25 de outubro de 2012, que altera o anexo IV da Diretiva 2006/88/CE do Conselho de 24 de outubro de 2006, quanto às espécies de peixes sensíveis à Septicémia Hemorrágica Viral e quanto às doenças exóticas que podem comprometer o estatuto sanitário dos animais de aquáticos, suprimindo a Síndrome Ulcerativa Epizoótica.
- Diretiva de Execução nº 2014/22/UE da Comissão, de 13 de fevereiro de 2014, que altera o anexo IV da Diretiva 2006/88/CE do Conselho de 24 de outubro de 2006, no que respeita à Anemia Infeciosa do Salmão (AIS).
- Decisão 2001/183/CE, de 22 de fevereiro de 2001, no que respeita a modelos de vigilância e técnicas de diagnóstico.

## **LEGISLAÇÃO NACIONAL**

- Decreto-Lei n.º 152/2009, de 2 de julho de 2009, que transpõe para a Legislação Nacional a Diretiva 2006/88/CE do Conselho de 24 de outubro de 2006.
- Despacho n.º 25485/2009, Diário da República, 2ª Série, Nº 226 – 20 de novembro de 2009- notificação prévia de todas as deslocações internas de animais de aquicultura (vivos) / requisitos sanitários.

- Decreto-Lei n.º 63/ 2013, de 13 de maio que altera a parte II do anexo III (lista de doenças) do Decreto-Lei n.º 152/2009, de 2 de julho, no que respeita as espécies de peixes sensíveis à septicemia hemorrágica viral e quanto às doenças exóticas que podem comprometer o estatuto sanitário dos animais aquáticos, suprimindo a síndrome ulcerativa epizoótica.
- Decreto-Lei n.º 169/ 2014, de 13 de novembro que altera o anexo I (lista de doenças) do Decreto-Lei n.º 63/ 2013 de 13 de maio, no que respeita a anemia infecciosa do salmão.